



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

TAÍS INFANTE ALVES

**MOBILIDADE PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO
URBANO NO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS NO ESTADO DE
RONDÔNIA**

PORTO VELHO/RO

2024

TAÍS INFANTE ALVES

**MOBILIDADE PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO
URBANO NO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS NO ESTADO DE
RONDÔNIA**

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^ª. Me. Marizete Albino Marta

PORTO VELHO/RO

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Alves, Taís Infante.

Mobilidade Pública: Uma análise do desenvolvimento urbano no Município de Seringueiras no estado de Rondônia / Taís Infante Alves, Seringueiras-RO, 2024.
17 f. : il.

Orientador(a): Profª. Me. Marizete Albino Marta.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-RO, 2024.

1. Investimento. 2. Qualidade. 3. Acessibilidade. 4. Sustentabilidade. 5. Eficiência. I. Marta, Marizete Albino (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946 (Campus Porto Velho Zona Norte)

MOBILIDADE PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS NO ESTADO DE RONDÔNIA

Taís Infante Alves¹
Marizete Albino Marta²

Resumo

O sistema social é um elemento primordial na resolução de problemas econômicos e urbanos especialmente no que se refere à mobilidade pública, pois ele influencia diretamente o planejamento, a execução e a acessibilidade de soluções que visam garantir o direito de ir e vir de forma eficiente e equitativa. A mobilidade pública, sendo um dos pilares do desenvolvimento local, depende de uma articulação eficaz entre o sistema social e as infraestruturas disponíveis. Quando os sistemas de transporte são insuficientes ou ineficientes, a cidade enfrenta uma série de desafios que comprometem seu crescimento econômico consequentemente o desenvolvimento urbano e rural. Uma mobilidade eficiente não só facilitaria o acesso a serviços e oportunidades de trabalho, mas também promove a interação social e a coesão comunitária. A melhoria da motilidade não deveria ser vista apenas como uma questão de transporte, mas como um elemento fundamental para o desenvolvimento social e econômico de Seringueiras.

Palavras-chave: Investimento. Qualidade. Acessibilidade. Sustentabilidade. Eficiência.

Abstract

The social system is a key element in solving economic and urban problems, especially with regard to public mobility, as it directly influences the planning, implementation and accessibility of solutions that aim to guarantee the right to come and go efficiently and equitably. Public mobility, being one of the pillars of local development, depends on an effective articulation between the social system and the available infrastructure. When transport systems are insufficient or inefficient, the city faces a series of challenges that compromise its economic growth and consequently urban and rural development. Efficient mobility would not only facilitate access to services and job opportunities, but also promote social interaction and community cohesion. Improving mobility should not be seen only as a transport issue, but as a fundamental element for the social and economic development of Seringueiras.

Keywords: Investment. Quality. Accessibility. Sustainability. Efficiency.

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: taisinfanteoficial@gmail.com

² Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Camus* Porto Velho Zona Norte. Mestre em Geografia (PPGG/UNIR). e-mail: marizete.marta@gmail.com

INTRODUÇÃO

A mobilidade pública é um elemento fundamental para o funcionamento das cidades modernas, desempenhando um papel crucial na promoção da inclusão social, sustentabilidade ambiental e eficiência econômica. Em um mundo cada vez mais urbanizado, a capacidade de se deslocar de maneira acessível e eficiente influencia diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Sistemas de transporte público bem estruturados não apenas conectam comunidades, mas também reduzem o congestionamento e a poluição, contribuindo para um ambiente urbano mais saudável. Além disso, a mobilidade pública facilita o acesso a serviços essenciais, promove a integração social e estimula o desenvolvimento econômico local. Assim, investir na mobilidade pública é uma prioridade para a construção de cidades mais justas, resilientes e sustentáveis.

Locomobidade organizada e planejada na cidade de Seringueiras-RO, poderá trazer benefícios significativos, como maior acessibilidade e sustentabilidade no transporte público, oferecendo uma opção de deslocamento para pessoas que não possuem veículos, facilitando o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e lazer mas para isso há desafios que precisam de atenção para ser solucionados como no caso da infraestrutura municipal; ruas e avenidas ainda carecem de pavimentação e manutenção, o que afeta a circulação de veículos e pedestres. A falta de calçadas adequadas e sinalização insuficiente também contribui para a insegurança no trânsito. Esse tipo de questão precisa ser abordado com maior atenção para garantir um sistema eficiente e que ofereça maior segurança para todos.

Analisou-se nesta pesquisa, aspectos da mobilidade urbana da cidade de Seringueiras, e como tornou-se um aspecto crucial do desenvolvimento urbano, que influencia diretamente a qualidade de vida da população. Em Seringueiras, um município em crescimento no interior de Rondônia, a análise da mobilidade pública revela desafios e oportunidades que impactam o cotidiano dos cidadãos e o desenvolvimento da cidade. O município tem experimentado um crescimento populacional e econômico nos últimos anos; este crescimento traz consigo a necessidade de um planejamento urbano que considere a mobilidade como um dos pilares centrais.

A combinação de investimentos adequados e planejamento estratégico, pode ajudar a maximizar as vantagens e minimizar as desvantagens, promovendo um transporte público mais efetivo e acessível. Em Seringueiras a motilidade é uma perspectiva, que deve ser abordada com seriedade no planejamento urbano da cidade. Enfrentar os desafios existentes e aproveitar as oportunidades que pode transformar o município, promovendo um ambiente

mais acessível, sustentável e eficiente para todos os seus cidadãos. A implementação de estratégias integradas e o engajamento da comunidade são essenciais para construir um futuro melhor em Seringueiras.

Em suma, o presente estudo teve como objetivo analisar as questões relativas à locomoção pública municipal. E para se alcançar esse propósito, fez-se necessário um estudo de modo qualitativo, amparado por levantamento bibliográfico acerca da mobilidade pública.

1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E MOBILIDADE URBANA

De acordo com Milani (2004), o desenvolvimento local pode ser entendido como um conjunto integrado de questões sociais que visam melhorar a qualidade de vida das comunidades. Esse conceito envolve a mobilização de recursos locais, a promoção da participação da comunidade e a valorização das identidades culturais, visando um crescimento sustentável e inclusivo.

Segundo Milani (2004, p. 1), “o desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais”. Para o autor, o crescimento econômico não produz diretamente o avanço local e deve ser acompanhado de estratégias claras e eficazes de desenvolvimento social, necessitando que haja uma visão holística, onde a economia e o bem-estar social andem juntos, garantindo que todos os membros da sociedade se beneficiem dos avanços econômicos, uma dessas estratégias seria um planejamento adequado da mobilidade pública. A conexão entre os dois não é automática e requer um compromisso contínuo com políticas inclusivas.

O sistema social é um elemento primordial na resolução de problemas econômicos e urbanos especialmente no que se refere à mobilidade pública, pois ele influencia diretamente o planejamento, a execução e a acessibilidade de soluções que visam garantir o direito de ir e vir de forma eficiente e equitativa. A mobilidade pública, sendo um dos pilares do desenvolvimento local, depende de uma articulação eficaz entre o sistema social e as infraestruturas disponíveis. Quando os sistemas de transporte são insuficientes ou ineficientes, a cidade enfrenta uma série de desafios que comprometem seu crescimento econômico consequentemente o desenvolvimento urbano e rural. Nesse contexto, o progresso local realmente depende da mobilização e do envolvimento dos atores sociais em torno de um projeto coletivo. Isso significa que a participação da comunidade, de líderes locais,

organizações não governamentais, empresas e instituições públicas é fundamental para que as iniciativas tenham sucesso.

Buarque (2002, p. 30), destaca que “o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores sociais em torno de um projeto coletivo” especialmente no contexto de locomobilidade que necessita da participação da comunidade, para que sejam desenvolvidas as políticas públicas necessárias para melhorar o progresso e a mobilidade na cidade. Essa colaboração garante que as soluções implementadas sejam adequadas às necessidades locais, capazes de transformar a cidade em um espaço mais acessível e justo para todos. Essa abordagem colaborativa não só enriquece o processo de desenvolvimento, mas também promove um senso de pertencimento e responsabilidade entre os envolvidos.

O Avanço é, de fato, um processo orgânico e não padronizado, refletindo a singularidade dos comportamentos e valores de cada comunidade. O entorno ecossocioterritorial oferece um contexto rico, onde os recursos de capital social, como redes de confiança e colaboração, podem ser mobilizados para construir múltiplas dimensões do desenvolvimento (Silveira et al., 2000), esse questionamento de características contextualizada é o caminho para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo.

Para que o desenvolvimento seja atingido em comunidades de baixa renda, as interações de ligação devem ser combinadas com os processos de integração. Em outras palavras, os benefícios da intensa integração dentro da comunidade devem ceder ao longo do tempo a extensos vínculos extracomunitários (Yamanaka, 2020). Muito ou pouco de qualquer dimensão em qualquer determinado momento prejudica o avanço econômico (Woolcock, 1998). O equilíbrio nas diversas dimensões do desenvolvimento é crucial, tanto a escassez quanto a superabundância de recursos em áreas como à social, política, ambiental ou econômica podem comprometer a prosperidade local.

1.2 Mobilidade Urbana

Mobilidade Urbana é definida como a condição que permite o deslocamento das pessoas em uma cidade, com o objetivo de desenvolver relações sociais e econômicas. Ônibus, metrô, outros transportes coletivos e carros fazem parte das soluções de mobilidade. No dicionário, mobilidade significa “facilidade para se mover” (Mobilidade, 2024). A ideia, então, é tornar esse movimento fluido e prático.

Como aponta Lunelli e Meyer (2017, p.1). Nas últimas décadas, o crescimento acelerado das cidades tem trazido uma série de desafios relacionados à mobilidade urbana. Cada vez mais, essas metrópoles estão perdendo a capacidade de proporcionar deslocamentos eficientes e de qualidade para seus habitantes. O aumento do número de veículos, a falta de infraestrutura adequada e a priorização do transporte motorizado, sob as opções mais sustentáveis, resultam em congestionamentos, poluição e um ambiente urbano hostil.

Conforme disposto na lei nº 12.587/2012, art. 4º, II, a “mobilidade urbana: condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano”. (Brasil, 2012) Isso significa dizer que o direito à mobilidade urbana é um dos componentes do direito à cidade, de forma a circulação de pessoas e cargas se dê em condições harmoniosas e adequadas.

O conceito de direito à cidade, desenvolvido por Henri Lefebvre em 1968, posterior traduzida e republicada em 2001 em uma obra denominada ‘O direito á cidade, onde o filósofo e sociólogo francês, define esse conceito como um direito de não exclusão da sociedade urbana, das qualidades e benefícios da vida urbana (Lefebvre, 2001). Destacando a importância de garantir que todos os cidadãos tenham acesso pleno às oportunidades e benefícios oferecidos pela vida urbana. Lefebvre (2001), argumenta que a cidade deve ser um espaço inclusivo, onde todos possam usufruir de suas qualidades, como serviços, infraestrutura e espaços públicos. Imaginar o deslocamento, o trânsito no âmbito da cidade é algo primordial, para o desenvolvimento das funções sociais e ambientais.

Dentro desse contexto, o trânsito é o elemento essencial para o funcionamento adequado das funções sociais e ambientais da cidade. Uma mobilidade eficiente não só facilitaria o acesso a serviços e oportunidades de trabalho, mas também promove a interação social e a coesão comunitária. Cristina Erika Kneib que,

O contexto de mobilidade não se reduz à compreensão e ao atendimento das necessidades de deslocamento das pessoas e das coisas, mas insere-se e impacta em ambiente muito mais complexo, o da própria organização das cidades e das atividades nelas desenvolvidas (Kneib,2012).

O sistema de transporte proporciona o deslocamento das pessoas, enquanto a organização territorial e das atividades sobre o território produz e atrai os fluxos que devem ser atendidos por este sistema. Assim, tais elementos como sistema de transportes e atividades são os basilares a serem planejados e analisados quando se trata de mobilidade urbana.

A vida urbana cotidiana pode ser equiparada a um contínuo processo de deslocamentos e interações, a eficiência desses procedimentos envolve a distribuição especial

de atividades e a minimização de distâncias. Ela também pode ser buscada no âmbito da implementação e operação de infraestruturas e serviços urbanos por meio da minimização da extensão de suas redes (água, esgoto, eletricidade, circulação, transporte, gás, etc.) e maximização da abrangência, referencia-se à condição de funcionamento das cidades e de distribuição justa de custos e benefícios, combatendo as diferenças causadas pela ocupação do espaço.

Krafta (2014, p. 243), argumenta que há “uma geração de diferenças locais urbanas em razão da impossibilidade de concentrar a cidade em um único ponto e o custo inerente ao percurso das distâncias”. A legislação urbana brasileira adota o termo sustentabilidade como uma diretriz geral no Estatuto da Cidade e como é um princípio fundamental da Política Nacional de Mobilidade Urbana, conforme disposto na Lei 10.257 de 200, em seus artigos 2º, I, VIII e 5º, II:

Art.2º- A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações [...]

VIII – adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;

Art. 5º- A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios: [...]

II - Desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais (Brasil, 2001)

Essas diretrizes são essenciais para garantir a qualidade de vida nas cidades, promovendo um desenvolvimento equilibrado e inclusivo. Levando em consideração que, a lei nos permite conceituar que a mobilidade das pessoas dentro das cidades, sejam elas grandes ou pequenas, como no caso de Seringueiras, torna-se primordial ser discutidas, porque não só está ligada a maneira de circulação das pessoas na área urbana e rural como também traz o conhecimento sobre o que fazer para melhorar a infraestrutura local.

2 O MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS E SEU CONTEXTO URBANO

A cidade de Seringueiras, localizada no interior do estado de Rondônia, situado na região norte do Brasil, tem em sua história a marcante trajetória de ser originária de um assentamento denominado Bom Princípio, onde ocorreu o povoamento de colonos agricultores, vindos de outras áreas do país, na época do primeiro ciclo da borracha (Criação

de Seringueiras – PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS, 2016). Após intensa luta conseguiu se elevar oficialmente como município através da Lei estadual nº 370/1992.

Figura 1: vista aérea de seringueiras



Fonte: Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO

A área territorial para formulação do município de Seringueiras foi desmembrada dos municípios de São Miguel do Guaporé e Costa Marques (Prefeitura de Seringueiras, 2016).

Situada na BR 429, Seringueiras possui uma população estimada em um pouco mais de 11 mil habitantes, segundo o censo de 2022 do IBGE. Esse índice populacional revela a necessidade de um planejamento urbano mais aprimorado, para atender a demanda da população local.

A cidade tem como principais fonte de receita a criação de gado, agropecuária, agricultura e laticínios, contribuindo para o desenvolvimento da cidade. Dados estatísticos realizados pelo IBGE em 2022 revelam que o PIB da cidade é de cerca de R\$ 333 milhões de reais, sendo que 47,6% do valor adicionado advém da agropecuária, na sequência aparecem as participações da administração pública (29,1%), dos serviços (19,8%) e da indústria (3,6%) como produção de laticínios e agricultura familiar, o que tem demonstrado o quanto

Seringueiras tem evoluído e o progresso da cidade tem sido notado pelos moradores e cidades vizinhas.

2.1 Desafios e oportunidades na mobilidade pública de Seringueiras

A mobilidade pública em Seringueiras, assim como em muitas cidades de pequeno porte no Brasil, apresenta desafios específicos e oportunidades promissoras que podem ser exploradas para melhorar a qualidade de vida da população e o desenvolvimento urbano sustentável (IPEA, 2010). Entre os principais desafios, destaca-se a infraestrutura urbana limitada. muitas vias carecem de pavimentação adequada, o que dificulta o tráfego de veículos e a circulação segura de pedestres e ciclistas (Nunes da Silva, 2005).

Além disso, a ausência de ciclovias e calçadas acessíveis compromete a segurança e a mobilidade de quem depende desses meios. Outro ponto crítico é a deficiência de um sistema de transporte público estruturado, o que obriga os moradores a dependerem de veículos particulares ou de transporte informal. Esse problema é agravado pela falta de integração entre as áreas urbanas e rurais, dificultando o acesso da população a serviços essenciais. O município de Seringueiras carece de desenvolvimento na mobilidade urbana, ruas e avenidas necessitam de manutenção como calçamento, sinalização, engenharia de tráfego.

Figura 2: Centro comercial



Fonte: autor

Visto que nos últimos meses foram registados mais de 337 acidentes de trânsito na cidade com 22 mortes fatais, considera-se um número muito grande para uma cidade de interior com pouco mais de 11 mil habitantes (Ministério dos Transportes), a estimativa é que cerca 6,33% dos acidentes são com mortes fatais. A ausência de sinalização adequada e de estacionamento no centro comercial de Seringueiras contribui para o caos no trânsito. Sem locais adequados para estacionar, os veículos ocupam as ruas de forma irregular, causando congestionamentos e dificultando a circulação. Essa situação não apenas prejudica a mobilidade, mas também a experiência dos consumidores e a eficiência das empresas locais.

Além disso, a falta de educação no trânsito, com campanhas de conscientização insuficientes, agrava o problema, pois os motoristas e pedestres não estão preparados para lidar com as situações de risco. Segundo o sociólogo e engenheiro Eduardo Alcântara de Vasconcellos à duas medidas fundamentais para solucionar essas questões.

A primeira é o poder público assumir a responsabilidade da construção e manutenção das calçadas no sistema viário principal e nas vias coletoras de grande atividade comercial. Isso requer a mudança da postura que ao longo da história “repassou” para os proprietários dos lotes esta obrigação. A segunda medida diz respeito à implantação de ações dirigidas à melhoria da segurança dos pedestres, especialmente o uso de obstáculos ou estreitamento da pista de veículos junto a áreas de movimento de pedestres, a iluminação de travessias e um tratamento mais adequado e das necessidades dos pedestres nas interseções. Neste caso, a engenharia de tráfego tradicional trata as interseções como pontos de conflito de veículos que são prejudiciais à capacidade geral do sistema viário. Pouca atenção se dá às necessidades dos pedestres que são vistos como “alguma coisa” que pode ficar depositada na calçada por tempo indefinido. Os tempos de espera e de travessia são muito importantes, assim como os conflitos com os veículos que fazem conversões e podem causar graves acidentes. (Alcântara,2013, p.11)

Seringueiras, cidade de interior é caracterizada por um crescimento rápido e uma infraestrutura limitada, enfrenta desafios únicos que exigem abordagens específicas para garantir a mobilidade segura e eficiente. otimizando o fluxo de veículos e pedestres e reduzindo congestionamentos e acidentes.

A falta de visão estratégica no desenvolvimento da cidade resultou em problemas de mobilidade urbana, como ruas estreitas e sem infraestrutura adequada para escoamento de águas pluviais. Essa situação compromete a acessibilidade de todos os cidadãos, em especial das pessoas com deficiência. A necessidade de adaptar os estabelecimentos comerciais para evitar inundações gerou barreiras arquitetônicas, como rampas inadequadas, que violam a Lei nº 13.146, de 2015.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Brasil, 2015)

O problema vai além da questão física, pois a mobilidade urbana está intrinsecamente ligada a aspectos sociais, econômicos e ambientais. A falta de planejamento urbano em Seringueiras reflete uma visão limitada do desenvolvimento urbano, que não considera as necessidades de todos os cidadãos.

Outro aspecto importante a ser tratado é a promoção de alternativas de transporte sustentável, como bicicletas, patinete elétrico dentre outros, com a inclusão de ciclovias, ciclofaixas e calçadas seguras. Cidades como Seringueiras, onde a topografia geográfica pode facilitar o deslocamento a pé ou de bicicleta; essas soluções não só melhoram a mobilidade, mas também incentivam estilos de vida saudáveis e reduziria a poluição. Muitas pessoas, especialmente as de baixa renda, utilizam esse meio de transporte público para se deslocar.

Segundo Mendes (2011), o crescimento urbano desordenado e a ausência de um planejamento estratégico para a mobilidade também limitam a implementação de soluções práticas. Sem estudos que analisam os hábitos de deslocamento da população, tornam-se necessário o planejados para melhorias adequadas. Além disso, a dependência de transporte motorizado individual aumenta os custos e contribui para a emissão de poluentes no meio ambiente, destacando necessidades de alternativas mais eficazes.

Os investimentos em um sistema acessível e confiável é necessário para garantir que todos tenham igualdade de oportunidades, promovendo uma sociedade mais justa, é o que aponta Souza (2022). Além disso, a mobilidade pública bem planejada pode estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento local. Ao melhorar o acesso a áreas comerciais e produtivas, o governo pode facilitar o escoamento de produtos agrícolas e atrair novos investimentos. Isso gera empregos e dinamiza a economia local, beneficiando a população em geral.

Apesar desses desafios, Seringueiras possui oportunidades significativas para transformar a mobilidade urbana. Uma das iniciativas mais urgentes seria o desenvolvimento de um plano direto e bem elaborado que priorize a integração de diferentes meios de transporte, promovendo o uso de transporte de baixo impacto para o meio ambiente. Melhorias na infraestrutura, como pavimentação de ruas, instalação de iluminação adequada e construção de calçadas e ciclovias, poderiam garantir mais segurança e acessibilidade para a população.

2.2 Impactos do crescimento populacional na mobilidade urbana de Seringueiras

De acordo com Buarque (2002), o desenvolvimento local sendo um processo que abrange uma série de ações integradas nas áreas cultural, econômica, política e social, detém o objetivo de elevar a qualidade de vida das comunidades. Esse processo enfatiza a importância da mobilização de recursos disponíveis na região, incentivando a participação ativa dos moradores e promovendo o reconhecimento das identidades culturais locais. Essa abordagem visa um crescimento que seja tanto sustentável quanto inclusivo, garantindo que todos os membros da comunidade se beneficiem das melhorias implementadas. Para que o desenvolvimento local seja efetivo, é fundamental investir em infraestrutura de vias e transportes.

O desenvolvimento de Seringueiras deu-se devido a super população da região norte, como nas demais regiões do Brasil, sem qualquer planejamento, originando-se de vilas formuladas por fazendeiros e sitiantes, migrantes de outras regiões do país. vindos para trabalhos e sonhos de ter sua própria terra para manejo, isso explica por que nessa cidade a economia está fortemente ligada à exploração de recursos naturais, especialmente a atividade de produção rural e agropecuária. (SECOM, 2021)

O progresso da cidade seringueiras, estar ligeiramente ligado ao governo municipal e estadual, pois a gestão municipal analisa as necessidades da população, e posterior buscar por recursos estaduais e federais para sanar questões que afeta os cidadãos. Destaca-se, que a cidade tem se desenvolvido em meio a um cenário de intensa transformação socioeconômica, que vem sempre buscando alternativas que fomentem a inclusão social e a participação ativa da comunidade nas decisões sobre seu futuro. (SECOM, 2021)

O crescimento populacional da cidade impacta diretamente o trânsito, a infraestrutura de transporte e a mobilidade urbana de maneira significativa. Embora Seringueiras seja uma cidade de menor porte, à medida que sua população cresce, novos desafios relacionados à mobilidade urbana surgem, muitas vezes sendo resultado da expansão das áreas urbanas, como o surgimento de novos bairros em regiões mais distantes do centro. Aumentando as distâncias de deslocamento para o comércio.

Sem um planejamento adequado, essas áreas podem ficar isoladas ou mal servidas por estradas sem pavimentação e transporte público, impossibilitando a mobilização eficiente, fazendo com que os moradores dependam de veículos particulares, muitas das vezes inalcançáveis pois a maioria de moradores de cidades do interior são pessoas vulneráveis de baixa renda. Mesmo com dificuldades essas pessoas contribuem para o desenvolvimento

local, através de seus trabalhos prestados como produtores rurais, pecuaristas, dentre outros, juntamente com empresários e microempreendedores.

A agricultura familiar e o turismo emergem como potenciais motores do desenvolvimento, promovendo a geração de emprego e renda, além de fortalecer o vínculo da população com suas raízes (SEAGRI, 2024). Com a evolução da cidade nota-se uma população que depende de acesso eficiente a serviços, empregos e recursos. E a melhoria da infraestrutura de transporte se torna uma prioridade.

A cidade, que possui um perfil rural e urbano interligado, enfrenta desafios relacionados à qualidade das vias, transporte público e segurança viária. desafios importantes como segurança no trânsito e o aumento do número de veículos em circulação, incluindo motocicletas, e a precariedade das vias, o risco de acidentes se torna maior. (IBGE, 2022)

Figura 3: Rua em seringueiras



Fonte: autor

A ausência de sinalização adequada, falta de fiscalização constante e a infraestrutura viária limitada agravam a insegurança tanto para motoristas quanto para pedestres, o que demanda atenção urgente das autoridades. Esses desafios refletem a necessidade de investimentos em infraestrutura, transporte e segurança, a fim de garantir o desenvolvimento equilibrado da cidade, promovendo a integração eficaz entre suas áreas rurais e urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs analisar as questões relativas à mobilidade pública e o desenvolvimento local da cidade de Seringueiras localizada no interior do Estado de Rondônia. Foi possível compreender que essas questões impactam o cotidiano das pessoas, ressaltando a relevância das políticas públicas e da infraestrutura existente, bem como suas implicações para a qualidade de vida da população local.

A inexistente integração entre os modos de transporte tem resultado em trajetos mais longos e menos eficientes para os usuários, o que compromete a eficácia do sistema de mobilidade pública. Portanto, as políticas públicas deveriam ser direcionadas para a criação de uma rede de transporte integrada. É fundamental que as políticas públicas priorizem a melhoria da infraestrutura e a integração de diferentes modalidades de transporte para garantir o direito de ir e vir de todos os cidadãos.

A ausência de sinalização adequada destaca-se como um problema crítico, contribuindo para a insegurança viária e aumentando o risco de acidentes graves. A ausência de sinalização adequada e de estacionamentos no centro comercial de Seringueiras contribui para o caos no trânsito. Ademais, a falta de educação no trânsito, com campanhas de conscientização insuficientes, agrava o problema da mobilidade urbana, pois os motoristas e pedestres não estão preparados para lidar com as situações de risco. Para mitigar essas questões, é fundamental que as autoridades locais priorizem a implementação de medidas eficazes, como a instalação de sinalização adequada, a criação de faixas de pedestres visíveis e a promoção de campanhas educativas.

Em suma, o trânsito em Seringueiras exige atenção urgente para garantir a segurança dos usuários das vias públicas. Investimentos em infraestrutura e educação para o trânsito são fundamentais para melhorar a realidade local. Seguindo este contexto, a falta de visão estratégica no desenvolvimento da cidade resultou em problemas de mobilidade urbana, como ruas estreitas e sem infraestrutura adequada para escoamento de águas pluviais. A necessidade de adaptar os estabelecimentos comerciais para evitar inundações gerou barreiras arquitetônicas, como rampas inadequadas, que violam a legislação.

Em Seringueiras, o governo local tem buscado soluções inovadoras para atender às demandas da comunidade, como o programa “Tchau Poeira”, que visou melhorar as condições das ruas e a qualidade do ar. Além disso, a criação do Parque dos Buritis demonstra o compromisso do governo em promover a mobilidade sustentável e inclusiva, oferecendo um

espaço para atividades físicas e lazer. Desta forma, é possível reafirmar a importância da mobilidade urbana para o desenvolvimento de cidades como Seringueiras.

Portanto, retomando a ideia de que a mobilidade urbana é um dos principais problemas enfrentados pela população das cidades e a proposição de possíveis soluções torna-se necessário. Desta forma, é possível reafirmar a importância da mobilidade urbana para desenvolvimento econômicos, sociais e ambientais de cidades como Seringueiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1. BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 22 out. 2024.

Criação de Seringueiras – PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS. Disponível em: <<https://www.seringueiras.ro.gov.br/historia-de-seringueiras>>. Acesso em: 22 out. 2024.

GOVERNO; MARIA. Obras de pavimentação asfáltica em Seringueiras impulsionam desenvolvimento e qualidade de vida. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/obras-de-pavimentacao-asfaltica-em-seringueiras-impulsionam-desenvolvimento-e-qualidade-de-vida/>>. Acesso em: 22 out. 2024.

GOVERNO; MONTEZUMA, C. Seringueiras nasceu do Núcleo Bom Princípio; Cacaulândia e Theobroma são a síntese cacaueteira. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/seringueiras-nasceu-do-nucleo-bom-principio-cacaulandia-e-theobroma-sao-a-sintese-cacaueteira>>. Acesso em: 22 out. 2024.

GOVERNO; COSTA, J. C. Ações de incentivo do Governo de Rondônia garantem fortalecimento da agricultura familiar. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/acoes-de-incentivo-do-governo-de-rondonia-garantem-fortalecimento-da-agricultura-familia>>. Acesso em: 22 out. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Seringueiras-RO: IBGE, 2022.

KNEIB, Erika Cristina. Mobilidade urbana e Qualidade de Vida: do panorama geral ao caso de Goiânia. Revista UFG. Julho 2012, Ano XIII, nº12.

KRAFTA, R. Notas de aula de morfologia urbana. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014

LEFEBVRE, Henri, O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LUNELLI, P., MEYER, B. Mobilidade urbana e gestão de cidades: Uma revisão bibliográfica sobre o tema, 2017. p.1-13. Disponível em

:<<https://observatoriodamobilidadeurbana.ufsc.br/publicacao/publicacoes-academicas/>>.

Acesso em: 13 nov. 2024

MENDES, J. F. G. (2011). O futuro das cidades Coimbra, Minerva.

MOBILIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Disponível em:

<https://www.dicio.com.br/mobilidade/>. Acesso em 22 de out de 2024.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil) 1. Organizações & Sociedade, v. 11, p. 95-113, 2004.

NUNES DA SILVA, F. (2005). “Transportes, mobilidade e ambiente: os usos, os costumes e os desafios para o século XXI”. In: SOCZKA, L. (org.). Contextos humanos e psicologia ambiental Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SOUZA, Maria Clara; SANTOS, João Pedro. Transporte público e sustentabilidade: desafios e oportunidades para cidades brasileiras. **Revista de Mobilidade Urbana**. Disponível em: <<https://revistam.com.br>>. Acesso em 22 de out de 2024.

SILVEIRA, Caio; BOCAYUVA, Cunca; ZAPATA, Tania. Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos. In: Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. 2002. p. 245-70

VASCONCELLOS, E. A. Mobilidade Urbana: o que você precisa saber. Cia. das Letras. 2013

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, v. 27, p. 151-208, 1998.

YAMANAKA C. T. FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DE PRÁTICA NO MANEJO DO JACARÉ (*Caiman crocodylus* e *Melanosuchus niger*) DA RESERVA EXTRATIVISTA LAGO DO CUNIÃ: relações do capital social e da diferenciação de sistemas. Dissertação de Mestrado. Porto Velho, UNIR: 2020.